

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.813 - SP (2019/0207904-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : RODINEI DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODINEI DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado por RODINEI DA SILVA em causa própria, no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n.º 0002563-06.2019.8.26.0000).

Do que se pode depreender da petição inicial, requer o impetrante/paciente que seja lhe seja restabelecido o livramento condicional.

Da análise dos autos, constata-se a manifesta incompetência desta Corte para o julgamento da impetração.

Com efeito, nos termos do artigo 105, inciso I, alínea "e", da Constituição Federal, ao Superior Tribunal de Justiça compete processar e julgar, de forma originária, as revisões criminais de seus julgados, o que, à evidência, não ocorre na hipótese em apreço, já que o impetrante pretende que o paciente seja beneficiado com a comutação de pena.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do RISTJ, **não se conhece do *habeas corpus*.**

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se cópia dos autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para que pleiteie o que entender cabível em favor do paciente perante o juízo competente.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator